

ACADEMIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO: UMA INSTITUIÇÃO CULTURAL DO  
IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

José Tarcísio Grunennvaldt- PUC-SP

**1- Considerações iniciais.**

Foi mais a curiosidade<sup>1</sup> que me fez ir, nesse artigo, à gênese da Escola Militar tendo em vista estar desenvolvendo um estudo de doutorado acerca da instituição com outro corte temporal, onde trato da formação de quadros de oficiais do exército brasileiro da virada do século XIX e, as três décadas iniciais do século XX. Tenho presente em minhas primeiras leituras, que a acentuação das cores da militarização na formação dos oficiais não é decorrente única das forças internas, das causas simples e únicas, mas que se deu num configurando em que os papéis dos exércitos e a sua formação não são idênticos no tempo e no espaço. No Brasil, lugar por excelência da “revolução passiva”, a formação da intelectualidade do exército está em consonância com as configurações sociais locais e internacionais que instigam o exército a intervir na cena como ator político no processo de estabilização e modernização da sociedade. Isso evidencia que o exército na formação de suas elites prepara-as para face a face com os civis interagir num continuum diante dos problemas nacionais. Portanto, faz sentido pensar a formação das elites do exército, tendo em conta o imbricamento dos dois graus das forças militares: o militar em sentido restrito ou técnico-militar e o político-militar (Gramsci, 2000).

O exame dos estudos das instituições de pesquisa das universidades brasileiras sinaliza para uma certa relutância que a academia tem com os estudos destinados à guerra ou de estudos que se debruçam sobre o tema da educação das elites militares, muito embora seja reconhecida à idéia da guerra e a sua preparação, apesar das conseqüências nefastas, tem desempenhado uma função singular na modelagem da organização social e o progresso técnico industrial, mais marcadamente a partir do século XIX. Não esqueçamos que o esforço bélico, apesar das catástrofes que têm causado, tem trazido desenvolvimento tecnológico, bem como novos desafios para a ciência, o que nos sugere evidências sobre a circularidade desse processo. Quem levanta tais relações são os estudos de Sternberg (1962) e as reflexões de Giannotti (2003). Ainda assim, raramente a educação militar é objeto de estudo privilegiado nos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação. Os aspectos internos da instituição militar têm sido pouco visualizados pelos poucos trabalhos acerca da temática. O eixo em torno do qual foram desenvolvidas as reflexões e as discussões residem no esforço em determinar a relação de dependência das forças armadas à sociedade e/ou ao Estado, desse modo ganhando centralidade nas análises aspectos relacionados com o poder e com a política (Peixoto, 1980). Identificado com os movimentos de intervenção armada, o exército é descaracterizado de seus aspectos que a tornam uma instituição singular. O que é particular na

instituição é minimizado, na medida em que se abre espaço em função do que é espetacular (Souza, 1999).

Para determinadas épocas pode parecer um tanto estranho tentar estabelecer uma aproximação entre as relações de militares e civis. Em outras épocas e situações concretas o distanciamento parece não ter existido. Esta orientação e entendimento moveram os homens que se propuseram a pensar, e sob quais parâmetros instituir a Academia Real Militar do Rio de Janeiro em 1810. Chama-nos atenção o destaque dado por Barnett acerca da participação de atividades militares na organização social que influenciou nos dois últimos séculos o progresso técnico e industrial. Segundo o autor, isso ocorre com parte de políticos mais identificados com a natureza “civil” da democracia ocidental ao utilizar metáforas bélicas quando pretendem fazer parecer suas palavras mais impactantes. A utilização de metáforas evidencia um grau de aproximação e não delimita um terreno específico, quer dizer existe algo de comum entre civis e militares, pois muitas de nossas instituições, formas de raciocínio, técnicas de organização e controle civis surgiram inicialmente nos exércitos e depois, incorporados pelos civis. Fato esse, por si só suficiente para evidenciar a circularidade de emprego das formas de organização social e do progresso técnico.

Neste sentido, “a educação das elites militares não é, portanto, assunto de um grupo profissional especializado, isolado do fluxo principal da vida moderna. É um tema de grande interesse e relevância”. Sem perder de vista que merece destaque o fato que “a elite militar, historicamente, não era apenas profissional, mas social, também”(Barnett, 1970, p. 114). Neste trabalho será destacada a função do exército através da Academia Militar como instituição forjadora de quadros para a elite burocrática administrativa do império luso-brasileiro. Focalizando alguns indícios que estão presentes na Carta Régia e no funcionamento da Academia os quais apontam para a habilidade e a maestria com que o Estatuto tratou das Ciências, num sentido mais abrangente, decorrente de uma necessidade imperiosa de formação de quadros suficientemente especializados para auxiliar na administração e na exploração das riquezas naturais. São aspectos, que se vistos do ponto de vista militar restrito, incorporam uma dimensão bastante negativa, mas se vistos sob uma visão prospectiva nos possibilita identificar no Estatuto uma “jogada de maestria” que atingiu dois alvos estratégicos visando o suporte técnico e infraestrutural na instalação da Corte no Brasil, que foram: cuidar das técnicas elementares da guerra e proteção diante o inimigo externo; enfatizando os estudos de engenharia, equacionava o problema do primitivismo e rusticidade da terra brasileira com medidas tecnológicas de efeito prático resultando em pontes, canais, estradas, fortificações, calçamentos, portos, etc. Assim, surgia uma Academia Militar, inventada pelo imenso Portugal prolongado no Brasil, como “interiorização da metrópole” marcadamente mais teórica que prática com feição acadêmica onde se formavam ilustres quadros da matemática, astronomia, física,

química, biologia, sociologia e moral, que impregna a marca de uma época em que na Academia Militar o caráter profissional militar não se punha como prioridade exclusiva.

No estudo dedicado à educação das elites militares, Correlli Barnett focaliza sua análise sobre três instituições formadoras: Saint Cyr, Sandhurst e West Point, mas o que me parece interessante é que o estudo revela que esta última manteve um curso mais extenso que as outras duas e a origem dos alunos de ambientes familiares e sociais dos mais variados. Os quatro anos de West Point, comparados aos dois das outras duas academias pode sugerir alguma diferença? É possível, pois “tem nível universitário e confere títulos a seus diplomados; deve-se recordar que, até a segunda metade do Século XIX, era mais uma destacada escola de engenharia do que uma academia destinada basicamente a formar oficiais”(Barnett, 1970, p. 119).

Esses dados podem servir como indicadores para conjecturar a Academia Militar como uma instituição que impregnava características civis com militares: a adoção de junta militar diretora; a adoção de civis para cursar engenharia; um regime disciplinar ameno comparado aos moldes das escolas mais tradicionais; a não prioridade do uso de uniforme nas aulas e o não aquartelamento dos alunos, mas é o primeiro que mais chamou minha atenção.

## **2- A Academia Militar integra o embrionário sistema universitário brasileiro após a chegada da Família Real ao Brasil.**

A Academia Real Militar, uma obra de valor histórico-científico foi uma das mais importantes instituições culturais do Império Luso-Brasileiro. Com efeito, cabe lembrar que não se trata de averiguar o impacto ou a repercussão que os homens que a criaram deixaram como personalidades históricas, mas apreender o que se conservou efetivamente do trabalho de alguns homens nas suas ordens institucionais e o que isso representou para as continuidades da história. Assim ganha centralidade na análise, o papel que assumiu a Academia Militar na tarefa da formação das burocracias civis e militares visando dinamizar a administração do vasto Império. Uma considerável bibliografia sugere que a “formação do Estado Nacional brasileiro” tenha se iniciado com a independência, embora com alguns aspectos dissonantes, principalmente, no tocante à formação da elite burocrática civil e militar necessárias para implementar o projeto de tamanha envergadura, pois o mesmo teria começado com o deslocamento de D. João VI para o Brasil. No entanto, há sugestões bastante plausíveis, de que a política cultural da Monarquia Brasileira do século XIX teria fincado estacas basilares “na segunda metade do século XVIII sob inspiração do Iluminismo Pombalino. A partir de 1770 a Coroa Portuguesa vinha patrocinando a publicação de memórias que tratassem da flora brasileira, de produtos interessantes ignorados, inexplorados e comercializáveis” (Nascimento, 1999, p. 31).

Ao lado de obras como a Escola de Medicina, a Escola Nacional de Belas Artes, consta a Academia Real Militar, tendo em vista a Carta Régia de D. João VI acerca da criação da Academia

Militar e, dadas condições sob quais o Reino de Portugal é estabelecido no Brasil, o ensino militar ganha aspectos novos e peculiares configurando, assim um espaço de formação das elites civis e militares para o reino. O que é oportuno destacar é, já no seu nascedouro a Academia Militar confia no “homem de farda” brasileiro, missões que vão para além das questões convencionalmente tidas como as “coisas bélicas”, envolvendo-se com os problemas do país no tocante à criação e administração das riquezas nacionais. Vejamos que além de uma função específica ao exército coube uma missão, pois “ao contrário do que pensa o vulgo, nos regimes democráticos guerrear não é a missão central dos militares” (Carrilho, 2003.p.A3).

Ao caráter de polivalência atribuída à Academia Militar desde a Carta de Lei de 04 de dezembro de 1810, cabe a análise do autor citado quando nos sugere que:

Diplomatas e militares têm muito em comum, em níveis de engajamento aos interesses nacionais permanentes. Lidam com temas correlatos, em torno da continuidade do Estado a que servem, daí exercerem mais missões que funções. São hierarquizados e trabalham quotidianamente com cenários ou teatros, informações cruzadas e possibilismos temáticos. São os estrategistas do Brasil no mundo, de modo que não causa espanto que se desincumbam de encargos semelhantes.(op. Cit.)

A Academia Real Militar saturada de complexidade desde o nascedouro transcende ao julgamento comum acerca da função dos militares, pois na sua criação, a instituição no Brasil incorporou o espírito empreendedor que estava mais para missão do que meramente uma função de preparação bélica.

É preciso fazer notar que, estando a sede do Império Português, localizada na cidade do Rio de Janeiro, daqui saíam os oficiais que poderiam assumir cargos, não somente nas diversas províncias do Reino do Brasil, mas nos mais distantes postos do vasto Império que então se estendia por Europa, África e Ásia. Era necessário, portanto, que os oficiais fossem dotados de amplos conhecimentos “das Ciências exatas, e de observação, assim como de todas aquelas, que são aplicações das mesmas aos Estudos Militares e Práticos, que formam a Ciência Militar em todos os seus difíceis e interessantes ramos, de maneira, que nos mesmos Cursos de estudos se formem hábeis Oficiais...”(Oliveira, 1989, pp.38-9).

Emergida de um ambiente acadêmico-cultural em que as Ciências ainda não estavam de todo desmembradas em suas inúmeras especializações e num momento em que ainda estava ocorrendo à instituição do campo disciplinar, por volta do último quartel do século XIX, a Academia Militar era a expressão do tempo e da realidade que a circunscrevia.

Não há dúvida que adotar a solução de D. Rodrigo Coutinho era trilhar caminhos difíceis. Estudar as Matemáticas Superiores, as Ciências Naturais, a Mecânica, no Brasil daqueles tempos, era ato heróico, que ia ao arrepio de todas as tendências, que não encontrava qualquer apoio na estrutura econômico-social dominante, que feria os hábitos de uma cultura humanístico-literária muito sedimentada (Motta, 2001, p. 26-27)

Por um lado, o Estatuto da Academia incomodou a tradição da cultura humanístico-literária reinante na Colônia e depois no Reino, mas as críticas mais contundentes e ríspidas, reclamavam que nem o Estatuto e nem a direção da Academia teriam adotado posturas tipicamente militares.

Essa questão assumiu contornos peculiares e propiciou debates acalorados na Câmara dos Deputados na sessão de 23 de junho de 1830, quando estava na ordem do dia a discussão acerca do projeto de resolução para a extinção da Junta Diretora da Academia Militar. O que parece bastante inovador para a organização de uma Academia Militar diz respeito ao modo não convencional de ser exercida a direção: era exercida por um colegiado. Jehovah Motta em seu estudo - Formação do Oficial do Exército, aponta como um dos elementos falhos, justamente o aspecto da organização do comando da escola ser exercida por um colegiado de cinco membros.<sup>2</sup> Parece-me que o que mais intrigava o autor era a forma de organização do “comando”, (e por que não chamá-la direção colegiada ?) pois, segundo Motta, tão fora do estilo militar estaria correspondendo a que pensamento? Continua a sua inquietação perguntando: como poderia uma direção assim constituída, com diferentes opiniões, sem qualquer experiência administrativa vencer os difíceis problemas que se anteporiam a uma academia naqueles moldes, naqueles tempos? Mas o que parece interessante é que apesar do desconforto que a orientação colegiada da direção causara em Motta, deixou-lhe o reconhecimento que a “árvore produziu frutos”.<sup>3</sup>

Em 1830 na Câmara dos Deputados, quando da discussão do projeto de resolução que visava extinguir a junta diretora orientando que a Academia fosse dirigida por um comandante, moveu diversos parlamentares e lentes. Cunha Mattos, estrategicamente não se pronuncia sobre o tema, ao tempo que chama atenção para os colegas à força da experiência que mostrou em muitos anos, a “pouca vantagem que resulta da existência de juntas” e asseverou, se a experiência por si só não nos disse o suficiente, pronunciar-se-ia pelo projeto em questão. Sugere maior meditação sobre o projeto e lembra ser de bom alvitre verificar o que se passava nos Estados Unidos e o que se praticava na França e Inglaterra. Votou pelo adiamento da discussão caso o projeto não fosse enviado às comissões reunidas de guerra e instrução pública.(Sessão da Câmara dos Deputados de 23 de junho de 1830, p.473). Lino Coutinho que já havia antes estreado nas cortes de Lisboa, adotou uma postura crítica quanto ao projeto de resolução apontando que os males do funcionamento iam além de seu aparato administrativo e, pelo mesmo estar sendo exercido em forma de junta. Localiza os problemas da Academia no acentuado peso dos estudos teóricos e os estudos práticos não têm sido ensinados, sugerindo um novo método de ensino sob a incumbência da comissão de marinha e guerra e da instrução pública. A mudança proposta pela resolução ficaria somente na superficialidade, pois, pretendia-se “que o diretor da escola seja nomeado pelo governo e que este seja o chefe de engenheiros?” Sua posição é contrária à resolução e que deveria ser remetido à comissão para que fosse apresentado um plano regular de reforma da Academia.

O Dep. Holanda Cavalcanti ironizou os pedidos de prudência de seus colegas de tribuna, pois as discussões já haviam retardado os trabalhos por mais de dois anos, desde que o projeto fora apresentado originalmente. Cavalcanti afirma, que o projeto da academia militar não é de pouca

monta, e insiste que, “o pouco desejo da parte do governo de que a mocidade militar se instrua nos princípios da guerra tem feito que se proibisse a entrada aos indivíduos militares que têm querido matricular-se”. E mais contundentemente destaca:

(...) como atualmente se acha montada, a Academia é um mero espantinho; quando aliás tem em si elementos para preencher todos os deveres que a lei pode prescrever; existem nela lentes capazes de desempenhar tudo quanto se puder designar para a instrução teórica e prática dos estudantes. Na realidade essa junta não é mais que um estorvo aos progressos da academia, os seus membros discordam ordinariamente, atrasam os trabalhos, e a sua extinção é sumamente necessária (Anais da Câmara dos Deputados em 23 de junho de 1830, p. 274).

Naquela sessão estava em pauta na Ordem do Dia a extinção da Junta Militar que dirigia a Academia, mas já podemos perceber que os problemas transpunham a questão da administração ser exercida por junta ou não.

No entendimento dos lentes e deputados Antônio José do Amaral e Cândido Baptista de Oliveira, a junta era responsável pelo entrave das mudanças não só administrativas como ainda no âmbito do ensino em que as “coisas das armas” não eram tidas como prioridade. Afirmavam que de muito tempo o ministro de guerra tinha propósitos de encaminhar à Câmara a reforma da Academia, mas que encontrava os maiores obstáculos na junta. Portanto, entendiam que a direção da Academia deveria ser atribuída ao comandante do corpo de engenheiros.

Isso me faz pensar que a forma colegiada ou de junta de administração estava mais para o espírito de administração acadêmica e não de comando militar, fato que provocou grandes discussões. Faz-me remeter ao título do texto em que o Império Luso-Brasileiro se mantinha presente na Academia, ainda que após a volta da família real e ao ajustamento da independência do Brasil, os ideais embrionários da Academia permaneciam firmes.

Mas afinal, o que é que poderia estar movendo os parlamentares a atribuir um olhar tão pejorativo a uma administração colegiada? Provavelmente, a junta administrativa perdesse o seu traço negativo, sendo analisada a luz das contribuições da sociologia weberiana. O autor salienta que por intermédio do princípio colegiado, “o governante tenta, ainda mais, criar uma espécie de síntese de especialistas transformando-os numa unidade coletiva”(Weber, 2002, p. 165). Argumenta ainda que o princípio colegiado tem-se mostrado um dos mais fortes meios educativos para a “objetividade” na administração, e, possibilitou a “interferência de pessoas privadas socialmente influentes e, com isso, a combinação da autoridade dos notáveis e o conhecimento prático dos empresários privados com perícia especializada dos burocratas profissionais”. Reconhece também que: “Os órgãos colegiados foram uma das primeiras instituições a permitir o desenvolvimento do moderno conceito de ‘autoridades públicas’, no sentido de estruturas duradouras, independentes da pessoa” (Op. cit., p. 166). No entanto, sua análise, focada nos estágios do desenvolvimento da burocracia, percebendo, em certo sentido, com a direção colegiada ocorre a “despersonalização” das decisões, alerta-nos que no estágio evolutivo da burocracia;

A administração colegiada desaparece quando, do ponto de vista dos interesses do governante, uma liderança administrativa rigorosamente unificada parece ser mais importante do que a minuciosidade no preparo das decisões administrativas. É o que ocorre tão logo as instituições parlamentares se desenvolvem e – habitualmente ao mesmo tempo - aumentam a crítica do exterior e a publicidade. (Op. cit. pp. 166-7)

Não se pode perder de vista, que em suas devidas proporções, a Academia Militar do Rio de Janeiro em 1811 é o marco do Ensino Superior no Brasil e, que penso impregnar em sua gênese uma “natureza mais profunda”<sup>4</sup>, a da formação de quadros acadêmicos especializados que transcendem os objetivos do “fazer militar” em seu sentido estrito ou técnico militar. A polêmica acerca da junta militar na administração da Academia pode ter sido motivada por diversas razões, dentre as quais suponho algumas: o não entendimento da complexidade da proposta inicial do regulamento da academia nos moldes de D. João VI e Rodrigo Coutinho; que essa Casa era o marco do ensino superior no Brasil e que nela estavam imbricadas ainda, o ensino civil com o militar como parte do projeto do imenso Portugal prolongado no Brasil; por último, o destaque e a forte coloração das ciências matemáticas minimiza a importância das coisas da guerra, talvez numa época em que o caráter profissional militar não era ainda questão precípua para o Império.

---

<sup>1</sup> - Aqui o termo assume o sentido que lhe atribui Heidegger – “caracteriza-se pelo desejo contínuo e sempre renovado de ver. (...) pela impermanência do mundo circundante e pela dispersão em possibilidades sempre novas, pelo que a curiosidade nunca está parada” (Apud Abbagnano, 1998, p. 229).

<sup>2</sup> - A direção colegiada era composta por cinco membros. Seu presidente deveria ser um tenente-general do corpo de Artilharia ou Engenharia. Os demais membros: o Diretor do Real Arquivo Militar e outras pessoas conceituadas como “hábeis nos estudos científicos e militares”. Caberia a essa direção colegiada decidir sobre matrículas, horários, compêndios, a serem indicados ao Príncipe para aprovação, organização das Bancas Examinadoras, alunos que mereciam serem premiados, problemas de disciplina e de administração em geral.

<sup>3</sup> - No período compreendido entre 1811 e 1831 foram os seguintes os membros da Direção Colegiada. Carlos Antonio Nacion, João Manuel da Silva, Manuel Jacinto Nogueira da Gama (Marquês de Baependi), Francisco de Borja Garção Stockler, Joaquim de Oliveira Álvares, Manuel da Costa Pinto, Joaquim Norberto Xavier de Brito e Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, todos eles brigadeiros.

<sup>4</sup> - Refiro-me à orientação da Carta Régia, na qual não consigo perceber uma visão dicotômica entre militar e civil ou uma preponderância militar sobre o civil. Vejamos na letra da carta. “... um curso regular das ciências exatas e de observação, assim como de todas aquelas que são aplicações das mesmas aos estudos militares e práticos que formam a ciência militar em todos os seus difíceis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos cursos de estudos se formem hábeis oficiais de artilharia, engenharia, e ainda mesmo oficiais da classe de engenheiros geógrafos e topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, de caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas”. Penso que a Academia amplia o seu espectro na seguinte passagem do texto legal: “... hei por bem na minha atual Corte e Cidade do Rio de Janeiro se estabeleça uma Academia Real Militar para um curso completo de ciências matemáticas, de ciências de observações, quais a física, química, mineralogia, metalurgia, e história natural, e das ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tática como de fortificação, e artilharia”. (Carta de Lei, de 4 de dezembro de 1810).

### 3 – Bibliografia

BARNETT, Correli. Educação das elites militares. Traduzido de uma publicação da Universidade de Colúmbia, EUA. Tradução Ten. Cel. Paulo A. F. Viana. *Revista a Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 631, pp. 113-132, Maio-junho, 1970.

BRASIL. Coleção de leis do Brasil de 1810. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

\_\_\_\_\_. Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão da Câmara dos Deputados, 23 jun. 1830.

CARRILHO, Arnaldo. Função e missão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jan. 2003. p. A-3.

GIANNOTTI, José Arthur. Imperialismo racional. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Mais, 27 abr. 2003, pp. 12-13.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. V. 3- Maquiavel a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX*. Londrina: Editora UEL, 1999.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

STERNBERG, Fritz. *A revolução militar e industrial do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

OLIVEIRA, Acyr de. O ensino na escola militar. *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, 126(2), pp. 38-46. abr./ jun. 1989.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2002.